



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

EDUCAÇÃO NO CHÃO DO TERREIRO: NARRATIVAS, SAGRADO E RECOMPOSIÇÕES ÉTNICAS.

Augusto Marcos Fagundes Oliveira

Docente na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, doutorando pelo PPGAS/UFSC, membro do NUER/UFSC.

augustofagundes@yahoo.com.br

Introdução

Neste texto pretende-se uma breve reflexão sobre a tarefa educacional a partir de observações e diálogos que mantemos junto a escolas e comunidades. Nestas dialogamos intermediando entre suas concepções de educação, há aqueles que predicam um só modelo e método educacional, ainda que sob um discurso de aparência democrática; singulares e plurais – singulares, pois ainda que através de diferentes caminhos e modos, concebem educação como formação da pessoa humana, plurais já que há lugares onde a gente admite que o educar se faz plural, no que chamam espaços formais e informais.

Tais concepções são muitas vezes antagônicas, em especial a que se põe escolar, esta ocorre ser excludente ao Outro que não se faz no momento da Escola, pelo que se refere ao projeto educativo, ao educar, ao seu diálogo com o que se vem chamar de educação comunitária.

Indagamos sobre a convivência no ato educativo, do sentido de escola e do educar; escola a maneira de convivência, partilha e de *ecclesia*, o fato educativo como encontro e diálogo não somente do saber escolar, acadêmico, porém como interculturalidade, o que, segundo Candau (2005, p 32):

Orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume conflitos, procurando estratégias mais adequadas para enfrenta-los. Trata-se de um processo permanente, sempre inacabado, marcado por uma deliberada



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

intenção de promover uma relação dramática entre os grupos envolvidos, e não unicamente uma coexistência pacífica num mesmo território.

A percepção desta convivência e sua escuta antropológica nos ambientes educacionais se orientam através das relações cotidianas, dinâmicas, e mesmo como participantes de suas diversas articulações sociais e dos grupos de bate-papo nos ambientes em que estes sujeitos ocorrem se reunir, seja numa área da escola, sejam em centros comunitários, inclusive de vivências religiosas: o Terreiro.

Neste texto a linha de raciocínio aqui se divide em *palavras de começar*, *palavras de perceber*, *palavras de interferir*, que implicam pensar o problema da convivência, si há tal ou qual problema, como é gerado, como se lhe sente, e possibilidade existentes em construir um diálogo produtivo para que as pessoas ainda que de modos, pensamentos, e atitudes diferentes possam experienciar o estar juntos trabalhando, convivendo, compartilhando estas diferenças. Não há *palavras de finalizar*, já que estamos em processo.

Palavras de começar.

Esta comunicação é resultado de observações sistemáticas entre os anos 2005 e 2009 no sul da Bahia em algumas escolas, centros comunitários e alguns outros lugares para onde ou de onde confluíam os elementos marcantes de pertencimento dos sujeitos aí envolvidos. Começou a partir de situações em cursos de formação docente e leituras relacionadas aos temas: educação, convivência, identidade e cultura popular. Para diálogo com docentes, estudantes, comunidades e movimentos sociais se utilizou também de grupos focais.

Falar de educação implica dialogar com o mais espontâneo do popular, seja escrito ou oral, com o mais erudito da cultura acadêmica e com erudições dos ditos etnoconhecimentos. Porém no imaginário popular a educação se fez como referência a uma identidade escolar e civilizada, onde a gente se vai à escola com a justificativa, segundo Espinheira (2004, p 321) da razão instrumental, aludindo ao mercado de trabalho, como se o destino do ser humano fosse o de se transformar em trabalhador especializado, aquele que faz tudo, ou possivelmente generalista qualificado.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Por ser o nível de escolaridade uma exigência para admitir ao mundo do trabalho e seus benefícios, o status, corroborando Oliveira (2004, p 252): como determinante de cidadania, a educação condicionada ao acesso al trabalho, antecipando a exclusão da população. A escola então necessita redimensionar seus meios para que o estudante esteja ali, para que não apenas se refira ao mundo da educação a partir de uma razão de sobreviver materialmente através do mundo do trabalho, educação é formação de gente, gente necessita mais que apenas trabalhar.

Mas esta gente não está somente na escola, ou, ainda que esteja não estaria desenvolvendo suficiente conhecimento para atuar no mercado, e aqueles que desenvolvem a contento tais qualidades de conhecimento, para estes as desigualdades sociais permanecem.

Numa sociedade em que se algo vai mal ou não funciona, se diz “é programa de índio”, se alguém tem uma fisionomia *suspeita*, se aparenta ser *mal encarado*, costuma-se pensar que “é negro”. Tomo a fala de Milton Santos (OLIVEIRA, 2004, p 251): “sou um homem negro e, como tal, sou discriminado”.

Então cabe refletir aqueles grupos sociais cuja matriz cultural é a oralidade, ou que suas referências culturais são silenciadas ou pejorativamente folclorizadas nas dinâmicas escolares cotidianamente, seja de modo organizacional, institucional, seja de modo mais individual, por relaxamento, classificadas como coisas sem importância, que não têm valor, atrasadas, e muitas vezes demoníacas. Consequentemente para estas camadas da população brasileira não é fácil se manter em suas relações escolares, laborais, sequer de modo emancipado.

Conforme Espinheira (2004, p 333) a escola é um aparelho de educação, opera de modo ambivalente, tanto como extensão distanciada da família, como de sua negação, se tornando um campo de fuga da família para adentrar-se num mundo amplo e hostil. Porém a escola incorpora autoridade para transmissão de valores hegemônicos e do destino da herança.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Agregamos aqui que a região em foco é no sul da Bahia, e se tomamos como mote o multiculturalismo, teremos aí uma região preche de identidades em conflito, como uma cultura dominante que se diz branca ou mestiça, que porta o discurso do multiculturalismo (CAPUTO, p 35) humanista liberal e um padrão cultural supostamente contra hegemônico de matriz ideológica liberal de esquerda, mas que assume na prática o multiculturalismo conservador disfarçado de crítico e de resistência: o fogo e a pólvora que diplomaticamente lhe põem água. Educação feita reproduzindo discursos e práticas conjunturais.

Ora, de modo bem classificatório aqui, o culturalismo conservador é essencialista; o humanista liberal se revela etnocêntrico e ainda positivista, com sua ideia de ordem e progresso; o liberal de esquerda é do populismo elitista que produz novas elites articuladas ou politicamente comprometidas; o crítico e de resistência se propõe uma construção coletiva, contraditória, ao mesmo tempo que reveste de conflitos e coesões, porém esta dinâmica que assume educação com suas contradições na prática do seu fazer e como mediações num entre-discurso, esta forma não deita raízes nas escolas, ou tem pouco apoio nas lutas por educação. Logo, temos que tornar as escolas estes caminhos de mão dupla com a comunidade, sair das escolas e junto com seus transeuntes dialogar com outros espaços para entender este formar gente, onde as pessoas partilham do fazer junto, coisa que na escola degradingola e corre o risco de rasgar o plano de atividades supostamente objetivo para cumprir metas.

Palavras de perceber.

A crise de valores e de metas em educação se faz escolar e comunitária, reflexo de pertencimentos que reclamam no sue modo existencial contra o autoritarismo ou a insolência da escola, com suas formas normativas, seus modelos próprios de organizações e ações, nas quais a genérica comunidade se mantém como grupo social de enfrentamentos, com diálogos e conflitos circunstanciais. Este duelo procede no seu pertencimento que lhe permite a esta comunidade genérica ser o que eles são, ser como eles são, como eles percebem, sentem, vivem a vida – a escola herdeira do discurso apolíneo, enquanto as comunidades são dionisíacas e apolíneas num só tempo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Resultado, na escola e a escola fala uma linguagem, a comunidade e na comunidade se fala outra, não há diálogo produtivo ou efetivo, há crise.

Mas qual é mesmo a paisagem que denuncia esta crise? Ora, um elemento são as crianças e jovens que deveriam estar no nível fundamental, mas que ficam travancadas em séries iniciais (PORTELA, 1998), que, ao invés de representarem um trânsito necessário ao acesso ao ensino fundamental, termina por se constituir numa barreira, como se a escola e a comunidade não se entendessem, logo, não dialogam efetivamente.

As atividades predominantes no cotidiano escolar são através da escrita, leituras, com referências esparsas e sem muita conexão a atividades de jogos, recreações, meio ambiente, matemática, além do fundo cênico de práticas disciplinares de moral, cuidados sexistas com o corpo, saúde reprodutiva, cultura e religião. Esta composição cênica com o destaque para a escrita e a formação de um modelo para o mercado.

O sentido comum que se faz no senso comum, hegemonicamente, automaticamente e pretensamente centrado na pessoa que exerce a docência, e aí em geral, as escolas não possuem instalações apropriadas, é a educação real com pessoas reais.

Não se indaga sobre os procedimentos didáticos desta educação, por que não funcionam, mas é a comunidade ou o coletivo de estudantes que são responsabilizados por seu próprio equívoco. Pois no discurso as verbas públicas estão sendo fomentadas.

Os educandos são aí apenas educandos, e o fato educativo é necessariamente o diálogo, se há desejo de construir gente de atitudes cidadãs, democráticas, há que recompor o fato pedagógico como algo interativo, ninguém se humaniza sozinho, de acordo com Espinheira (2004, 323) precisamos da sociedade para nos respaldar, e precisamos da educação para nos fazer gente.

Num país onde não se muda, se reforma (MICELI, 1990), não se transforma, se concilia, e muitos ensaios de reformulações do ensino sofrem o risco de serem exercícios de resultados nulos, enquanto as discussões avançam. A escola prossegue com muitos conhecimentos que soam exóticos, sem diálogo ou identificação com a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

comunidade, a escola é um lugar onde a gente vai e vem, um prédio construído em meio a algum lugar e as pessoas vão lá porque sabem que precisam ir. A figura é de paisagem com cinzas, e segundo Miceli (1990), é necessário ter coragem para aprender que até sobre um pouco de algodão alguma coisa pode ser criada.

Estudos sobre a educação formal na sociedade baiana abrangendo a última década nos revela um perfil social onde vem ocorrendo reformas, o que denuncia carências socioculturais e, conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2001, p 15):

Reforma do ensino no contexto da política educacional brasileira tem como principais metas a universalização e maior equanimidade de acesso; a melhoria de qualidade do ensino e a implementação de processos mais eficazes e eficientes de prestação de serviços educacionais. Das alterações constitucionais até a metade dos anos 1990, entretanto, foram poucas as modificações introduzidas no setor.

Arrazoados diversos podem elaborados a partir da Constituição Federal de 1988, do seu capítulo III, assim como da LDB como sustentação das ações educacionais. Ainda que outros espaços possam ser considerados como espaços educacionais, sujeitos que frequentam estes espaços e a escola, ou que desistiram da escola, ali se formam como gente. De algum modo as coisas de negros e índios não tem lugar nas escolas, senão exoticizadas ali, mas que cotidianamente se fazem como honrosas coisas de formar negros e índios noutros espaços, noutros trânsitos. A educação escolar não sabe ser transumante na comunidade, não aprendeu a transitar, a lidar com o trânsito que é tão frequente quando revela flutuações na chamada escolar, na sua lista de presença, suas sazonalidades. A escola não se assume como o terreiro, o terreno onde as pessoas circulam.

Palavras de interferir.

No atual contexto de Brasil tem havido reforços à legislação como reflexo da necessidade pedagógica e cidadã em interferir na realidade na sua promoção de valores de respeito às diversidades. Movimentos sociais, articulações e outras vozes



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

socioculturais perceberam que enquanto alguns professoresⁱ culpavam estudantes pelo fracasso escolar, os alunos consideravam seus professores sem compromisso para o ensino, há incluso relato de maus tratos, atos de falta de respeito e alto índice de absenteísmo por parte dos professores, afora alianças entre o que ora chamo por micropoderes a reforçar preconceitos e exclusões no conviver escolar.

Outro detalhe é que as famílias, pais e mães dos educandos, eles demonstram que não tem vontade de ir à escola, muitos expressam a opinião de que as escolas somente lhos percebem como aqueles que fornecem serviços ou servem de quantidade para algum evento, entretanto os professores também afirmam que as comunidades não se envolvem com a escola. A escola se abre para a comunidade, todavia a comunidade não sabe bem o que fazer por lá. Disseram em uma comunidade investigada: “a escola ainda produz cidadania branca, e não somos brancos como nos livros, não vivemos com os que eles mostram nos livros”.

Os termos das Resoluções CNE/CP1 e CNE/CP2ⁱⁱ o que permite diálogo permanente com as atualizações que as dinâmicas sociais e políticas exigem no presente. Reforça a ideia de que a educação ocorre através da compreensão do *relacional* e do termo *diálogo*, nas palavras de Coulon (1995), *com efeito, os participantes, à medida que falam, constroem em conjunto a pertinência do contexto e elegem elementos de que tem necessidade no imediato.*

Como parte integrante do diálogo, outras questões devem se apresentar, porém que estiveram sempre silenciadas, como escreveu Zilá Bernd (1995), *finge-se esquecer de convocar o outro a participar*, mas tais gentes, sujeitos, cidadãos omissos por razões históricas cujo silenciamento foi compulsório e que, mantiveram o comportamento de que “eu tenho que sobreviver, assim como os meus”, o que, por conta de uma significativa dose de individualismo, gerou distanciamentos, reforçou discriminações e aversão à diferença, o que pode perceber conforme Kabenguele Munanga (2001, pg 7):

Alguns entre nós não receberam em sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para atuar com o desafio que a problemática de convivência com a diversidade e manifestações de discriminação dela resultantes



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

põe cotidianamente em nossa vida profissional. Esta falta de preparo, que devemos considerar como reflexo de nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental de nossa missão no processo de formação de futuros cidadãos e os responsáveis do amanhã. Com efeito, sim assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função disso, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que vivem e convivem em nossa sociedade.

Movimentos sociais e pela democratização do acesso e permanência na Educação formal, em pressões conjuntas e articuladas conseguiram a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece diretrizes e para incluir no currículo oficial a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Passa-se então a trazer a preocupação com a convivência, seja pela urgência sem e combater preconceitos diversos, ou, conforme a literatura de Morín (2000), a atitude empática, a sedução do olhar pela diferença, de modo a eliminar margens maniqueístas historicamente construídas, nas quais uma pessoa se julga salva por Deus ou em salvação, ao passo que o Outro é posto como condenado, condenável, infernal.

Diversas docentes em cursos de formação afirmaram como naturalizadas suas posições de rejeição a esta alteridade, e de que *naturalmente* combateriam aplicabilidade da Lei. Muitas vezes a articulação oficial pública do poder educacional é em cadeia de reprodução e reforço ao preconceito, da sala de aula, à administração escolar, à coordenação regional. Aí jaz vívido o silenciamento oportuno do poder sobre uma ressignificação das relações religiões e Estado/Sociedade. É preciso então através do que se convencionou chamar poder brando – soft power (NYE, 2002) – criar mecanismos de interferir na educação. Ainda que alguns teimem por folclorizar ou negar este Outro, eis a possibilidade de, a partir daí, para se sobreviver na nova Cruzada essencialista cristã atual, criar mecanismos de diálogo: a hierofania – manifestação do sagrado, segundo Eliade(1981).

Dentre as nossas formas de atuar combatendo tal naturalização do preconceito, pontuamos que esta sagração não está somente para um grupo, político ou religioso, e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que a convivência é elemento sagrado, de partilha, de solidariedade, cooperação, em atitudes que diminuem a evitação e a exclusão. Onde moram as pessoas negras nesta cidade? Como vivem? Ou antes, se a tensão se apresenta maior, como é composta a população desta cidade? Como se compõe e onde vive esta comunidade? Como foi que começou esta comunidade? Como era a convivência coletiva? Onde e como as pessoas se reuniam? Onde estão os mais idosos? Como as pessoas nasciam? Quem eram as parceiras? Vamos desenhar o mapa deste território por períodos? Como era este bairro? Quem vivia ali no morro? Através destas pequenas interrogações se retoma o sagrado e se permite indagar sobre o Outro, as cascas da cebola que começam a ser postas lado a lado. Ou como dizem os velhos caboclos: se aprende também catando folhas. São tentativas, uma vez que a Escola não desbloqueou acessos mútuos com suas próprias comunidades, inclusive intra-escolar.

Conforme Mendonça (2004), a experiência religiosa, ou a visão e experiência do sagrado, como algo exclusivo de religiões consideradas exóticas e primitivas, para não usarmos adjetivos mais perversos, não prevalece hoje e dia nos estudos das escolares, muito menos na cadeira de religião. Acresça-se se educação se faz dialogicamente, uma vez verificado que há resistências religiosas, intolerâncias, que criam obstáculos à aceitação de diferenças culturais, cabe refletir o porquê não dialogar sobre isso, que se faz tão urgente como conversar sobre o sobreviver, pois o comportamento religioso que está na tessitura do ser gente está nas diversas esferas da vida sociocultural.

Outro componente é que as religiões são também significativo patrimônio cultural e histórico (CAMURÇA, 2003), que podem servir como elementos de sustentabilidade, haja vista que religiões promovem encontros, festividades, o que pode ser agregado aos calendários municipais, ser elemento diacrítico e de autovalorização comunitária, pois, segundo investigações sobre o ensino religioso (KUHN, 2004), *o desenvolvimento da dimensão religiosa está intimamente ligado ao desenvolvimento das demais dimensões do ser humano*, a dimensão estética da religião pode servir como parâmetro ao patrimônio das diferenças, que pode ser construído desde sua própria comunidade (OLIVEIRA, 2007).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Capaz de transcender diferenças étnicas excludentes, esta dimensão do conviver religioso aporta ao valor do trabalho e do fazer comunitário, normas de conduta e sua relação com a harmonia e o conflito, por assumir e superar as desditas da vida e as contradições do conviver – a *conduta apropriada* (KAMIS 2007) que assegura a benção, o bem querer, o bem viver, em movimento.

Com esta conduta, se escutam as memórias comunitárias, a escola se altera em lugar de encontro comunitário, a professora fala da planta, e os anciãos ou guardiães de outras memórias coletivas trazem sua contribuição, ao menos o prazer em aprender a aprender que o outro vê a planta diferente de mim, e suas utilizações são sustentáveis, sem folha não tem vida, diz o adágio. A planta da mata de prover e da mata de curar.

Embora a necessidade da compreensão de que a comunidade deve intercambiar junto às escolas, Kuhn (2004) afirma que a gente trata da religião na escola apenas como ensino religioso, a influência transcendente do ser humano, ética e ações religiosas, que desta forma se trata de mais outra superficialidade no que fazer pedagógico, e que esta condição não traz um nível crítico.

Os familiares asseguram que trazem seus filhos e filhas à escola com o desejo de que eles mudem de vida para melhor, respaldados em sentimentos diversos de amor e arrependimento, estes pais e mães frequentam performatizam as mais variadas formas de expressão do sentimento religioso, é onde se encontram com suas memórias, suas identidades e tradições. Por outro lado, os estudantes asseguram que estar na escola é uma coisa não muito atrativa, que não tem expectativa de futuro, e a escola se torna o lugar de convivência produtiva para territórios de diversos *outros grupos jovens*, por vezes antagônicos, gangs, onde se perguntam aos jovens que eles esperam do futuro, respondem quase em uníssono: *a morte!*

O movimento, as contradições nas expectativas, pais, mães, docentes, estudantes, funcionários escolares, toda a gente quer ser tratada com respeito, entretanto cabe perceber que a visão de gente educada e de respeito não é a de formar cordeirinhos, pois cordeirinhos não são cidadãos. Não sabemos dizer quais as expectativas de vida de um cordeirinho, mas sabemos que ele pode ser sacrificado, e podemos interferir em



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

engrandecer as expectativas de convivência do ser humano. Não são suficientes as políticas de formação docente que tem em seus formadores, vozes que dizem que não aceitam o Outro, que outras culturas e suas manifestações são coisas do diabo. Há que romper com estes muros.

Ora, se temos experiências produtivas e positivas em encontros comunitários realizados com massiva presença popular, muitos deles gente que não vai à escola, porém através de oficinas, esta gente se pôs a falar, falar de suas realidades e a assumir compromissos. A gente dialoga sobre sexualidade, religiões, sobre porque este ou outro tema não são mencionados na escola. Pessoas que saem elas mesmas de suas zonas de conforto, da acomodação e buscam mais que a escola, porém espaços onde não sirvam apenas para aulas, porém que possam servir para reforçar suas identidades e como encontro de suas individualidades, que não só se reprima no *sente-se direito, no preste atenção*, mas que sirva como elemento a construir outras alianças, para rir junto, para soltar o corpo, para folgar e dançar, para desestressar, para aprender a conviver.

Se à escola vão pessoas de credos diversos, cores diversas, esta reflexão, como diz Cabrini (1994, p 13), é uma conversa com professores que não tenham medo de se lançar em algo diferente e que estejam com vontade de mudar alguma coisa em sua prática cotidiana. Sim, pois na comunidade cotidianamente somos professores e estudantes, a aprendizagem é um fazer coletivo, é o movimento do conviver que se aprende dia-a-dia, regido por Tempo, pelos caminhos, por águas, depende de como construímos nossa apreensão sobre o espaço cênico escola-Terreiro onde transitamos e convivemos, o Terreiro-escola onde se transita e circula.

O valor do que fazer, incluso escolar, educacional, está na sua dimensão ontológico-social, não é independente das atividades dos homens, é resultante de e resulta em suas relações sociais. Se a escola, aqui pensada como lugar onde as pessoas se educam, convivem, se aí se dialoga sobre isso, escuta, fala, conversa, e não apenas se julga, se quantifica, aí se tem uma escola capaz de produzir gente, que é também cidadã, que tem suas tradições e suas inovações, que edifica sua vida social na contemporaneidade, que se permite compreender ao outro e a si mesmo sem ter que negar sua identidade, sem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

negar seu passado nem oprimir identidades diversas quando se supõe se converter a um ideal de pureza, perfeição e salvação.

O ser vivente está nos caminhos, nas encruzilhadas de vidas tecendo teias, em cada esquina não se sabe bem o que vem de lá, mas se pode firmar o passo e desconstruir ou descolonizar posturas e atitudes, semeando bons ventos, aprender a catar folhas, fazer jogo de corpo, (re)aprender a comer o mingau pela beirada.

Bibliografía

BERND, Zilá & DE GRANDIS, Rita. (ORG) **Imprevisíveis Américas : questões de hibridação cultural nas Américas**. Porto Alegre: Sagra : DC Luzzatto : ABECON, 1995.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. 1988. Belo Horizonte : Editora LÊ, 1988.

BRASIL. LEI Nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CABRINI, Conceição [et alii] **O ensino de história: revisão urgente**. São Paulo : Brasiliense, 1994.

CAMURÇA, Marcelo Ayres, GIOVANNINI Jr. Oswaldo. *Religião, patrimônio histórico e turismo na semana santa em Tiradentes (MG)*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 225-247, outubro de 2003.

CANDAU, Vera Maria (ORG) **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro : DP&A, 2005

CAPUTO, Stela Guedes. *Questionando o multiculturalismo: conversando com Peter Mc Laren, Slavoj Zizek e Russel Jacoby*. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro : DP&A, 2005

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ELIADE, Mircea. **El mito del eterno retorno.** In: <http://www.dobleu.com/bin/ir.du?ID=15539> arquivo copiado en 02-10-2004 19:16.

ELIADE, Mircea. **Lo sagrado y lo profano.** Guadarrama : Punto Omega, 4ta. edición 1981

ESPINHEIRA, Gey. *Educação para uma nova sociedade.* In: **Conferências Fórum Brasil de Educação.** – Brasília : CNE, UNESCO Brasil, 2004

ILICH, Ivan. **Deschooling society.** New York : Penguin Books, 1975.

KAMIS, Mazalan MUHAMMAD, Mazanah. (2007) “*Islam's lifelong learning Mandate*” In: MERRIAM, Sharam (Org) In: **Non-Western Perspectives on Learning and Knowing** ed. Malabar - Florida : Krieger Publishing Company, 2007.

KUHN, Ademildo. *O Ensino Religioso como parte elementar da formação integral.* Estudos Teológicos, v. 44, n. 2, p. 113-124, 2004.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A experiência religiosa e a institucionalização da religião Estudos Avançados. 18 (52), 2004

MICELI, Paulo. *Por outras histórias do Brasil.* In: PINSKY, Jaime (org.) **O ensino da história e a criação do fato.** São Paulo : Contexto, 1990.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

NYE, Joseph S. **Paradoxo do poder americano.** São Paulo : Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Augusto Marcos Fagundes *Liberation Theology and Learning in Latin America* In: MERRIAM, Sharam. **Non-Western Perspectives on Learning and Knowing.** ed. Malabar - Florida : Krieger Publishing Company, 2007, v. único, p. 137-152.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

OLIVEIRA, Iolanda de. *Educação: cidadania e diversidade*. In: **Conferências Fórum Brasil de Educação**. – Brasília : CNE, UNESCO Brasil, 2004

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Brasília: MEC, 1993.

PORTELA, Adélia Luíza *et al.* Conhecendo o universo da sala de aula: estudos de observação de sala de aula na Bahia e no Ceará. Brasília : Ministério da Educação e do Desporto. Projeto de Educação Brasília para o Nordeste, 1998.

PROGRAMA DE PESQUISA E OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS **Chamada à ação: combatendo o fracasso escolar no Nordeste**. Brasília: Projeto Nordeste/ Banco Mundial/ UNICEF, 1997

TURNER, Victor W. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis, RJ : Vozes, 1974.

ⁱ PROGRAMA DE PESQUISA E OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS **Chamada à ação: combatendo o fracasso escolar no Nordeste**. Brasília: Projeto Nordeste/ Banco Mundial/ UNICEF, 1997

ⁱⁱ Resoluções CNE/CP1, de 18 de Fevereiro de 2002 e a CNE/CP2 de 19 de Fevereiro de 2002.